

A ONU E A DETERIORAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS NO BRASIL

Gilmar Mendes Lourenço

Se as estatísticas econômicas já vinham demonstrando flagrante pauperização da base produtiva brasileira, com desdobramentos no mercado de trabalho e nas condições de vida da população, os indicadores sociais, sintetizados no índice de desenvolvimento humano (IDH), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), relativo ao ano de 2015, também passaram a exibir marcas de deterioração.

As estimativas, realizadas anualmente desde 1990 para um grupo de 188 países, são obtidas por meio da concatenação de parâmetros aferidores das condições de renda, saúde e educação, e oscila em uma escala de 0 (zero) até a unidade, atestando maior desenvolvimento à medida que se aproxima de 01 (um).

De acordo com a pesquisa, o Brasil registrou IDH de 0,754, em 2015, permanecendo no mesmo patamar de 2014, algo que não ocorria desde 2004, e mantendo o 79º lugar no ranking global, abaixo do Azerbaijão (78º) e em empate com Granada. Com isso, o País continuou figurando, na América do Sul, atrás do Chile (0,847; 38º), Argentina (0,827; 45º), Uruguai (0,795; 54º,) e Venezuela (0,767; 71º). Mesmo na América Central aparecem estados com melhor classificação que o Brasil. São eles: Cuba (0,775; 68ª); Trinidad e Tobago (0,780; 65ª) e Barbados (0,795; 54ª).

Na verdade, no intervalo de tempo compreendido entre 1990 e 2014, a nação brasileira experimentou progressivos avanços no indicador, que passou de 0,611 para 0,754, representando acréscimo de 23,4%. Os incrementos mais expressivos foram constatados no período 2012-2014, fortemente influenciados pelo alargamento das iniciativas oficiais de transferência de renda.

Em um cômputo geral, 159 países (84,5% do total), observaram elevação do IDH. Logo, a interrupção da escalada na qualidade de vida despachou o Brasil para um time de 16 (dezesesseis) espaços geográficos que não acusaram aumento como Iraque, Irã, Afeganistão, Líbano e a pequena ilha de Santa Lúcia, no Caribe. 13 (treze) registraram queda, alguns vivenciando situações de guerra, como Ucrânia e Líbia.

A estagnação da melhoria do score social nacional em 2015 derivou, fundamentalmente, do recuo de -4,8% do rendimento bruto per capita que retrocedeu aos patamares de 2010, motivado pela conjugação entre os efeitos da mais profunda e prolongada recessão da história da república e a disparada inflacionária. Em outros termos, a impulsão do desemprego (de 6% para 9% da população economicamente ativa, de 2014 para 2015) e a corrosão do poder aquisitivo das famílias, com a abrupta elevação do nível geral de preços (de 6,4% para 10,7%, de 2014 para 2015), estariam na raiz da compressão da renda.

Examinando as outras duas pernas do IDH, percebem-se discretas melhoras. A esperança de vida ao nascer, sinalizador de imagem e movimento da variável saúde, preservou marcha ascendente, passando de 74,5 anos, em 2014, para 74,7 anos, em 2015, contra 73,3 anos, em 2010, corroborando a tendência estrutural de envelhecimento da população brasileira.

Com respeito ao componente educação, um dos termômetros, a expectativa de anos de estudo, depois de variar de 14 anos para 15,2 anos, entre 2010 e 2013, situou-se nos mesmos níveis em 2014 e 2015. Enquanto isso, a bússola expressa na média de anos de estudo, prosseguiu o curso expansivo apresentado desde 2010, quando assinalava 6,9 anos, subindo para 7,7 anos, em 2014, e 7,8 anos, em 2015. Ainda assim, a média da nação é inferior à levantada para Mercosul e Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Contudo, quando o PNUD procedeu ao cálculo do IDH ajustado à desigualdade, incorporando a diferença entre ricos e pobres, o Brasil retrocedeu de 0,754 para 0,561 e desceu 19 (dezenove) degraus (79º para o 98º), protagonizando o 3º maior declínio na tabela do certame mundial, em situação de empate com Coreia do Sul e Panamá, e melhor apenas que Irã e Botsuana, que despencaram 40 (quarenta) e 23 (vinte e três) posições, respectivamente. Por essa ótica de mensuração, Argentina e Uruguai sacrificariam 06 (seis) e (07) sete lugares, respectivamente, e, no elenco dos 20 (vinte) líderes da lista, somente Países Baixos, Islândia, Suécia e Luxemburgo avançariam, havendo retrações também em Estados Unidos, Dinamarca e Israel.

Na mesma linha, na medição do Coeficiente de Gini - que denota o grau de concentração de renda de uma sociedade e varia entre 0 (zero) e 01 (um), caracterizando diminuição da disparidade ao se distanciar da unidade - entre 2010 e 2015, o PNUD identificou o Brasil com a décima maior desigualdade do planeta e a quarta maior da América Latina e Caribe, perdendo apenas para Haiti, Colômbia e Paraguai.

No fundo, a orientação econômica equivocada, gestada por essas paragens desde fins de 2008, sob a justificativa de anteparo à crise financeira internacional, aprofundada a partir do segundo semestre de 2011 e acrescida de temperos, produzidos por articulações promíscuas – celebradas entre governo, legislativo e algumas corporações de grande porte, na direção do aperfeiçoamento da organização de redes de desvios de recursos públicos - constituiu o elemento determinante da formação de um ambiente de depressão da atividade econômica.

*Observou-se rápida
reversão dos substanciais
ganhos sociais
acumulados desde
primórdios de 1994.*

Por extensão, assistiu-se a rápida reversão dos substanciais ganhos sociais acumulados desde primórdios de 1994, com o lançamento e consolidação do plano real e a supressão da hiperinflação, além da aplicação da retaguarda de proteção oficial, plantada na Constituição de 1988, no transcorrer das gestões de Fernando Henrique Cardoso e Lula e no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

Considerando que os números do PNUD refletem menos de 2/3 do ciclo recessivo imposto ao País desde abril de 2014, e a maximização da conjuntura contracionista em 2016, com o alcance pleno do mercado de ocupações e dos ramos de comércio e serviços, parece razoável projetar um cenário de piora dos indicadores sociais brasileiros em médio prazo.

A precarização da vida das famílias tem forçado a população jovem a abandonar a escola e buscar ingresso no mercado de trabalho, no afã de abrandar o estreitamento dos orçamentos domésticos. Em paralelo, os expressivos cortes no programa de financiamento estudantil subsidiado também devem contribuir para a fragilização da educação.

Até porque, mesmo com o diagnóstico de fim da fase aguda da crise, a sobra de capacidade produtiva nas empresas industriais e de oferta de mão de obra deve definir contornos tímidos à recuperação econômica, justamente no estágio derradeiro da janela demográfica, à espera das reformas institucionais voltadas à feitura do ajuste fiscal e à impulsão da eficiência da microeconomia e crucialmente subordinadas ao desenrolar do novo político.